**RESUMO EXPANDIDO EPCA 2024 – GT 5**

**O FUTURO ANCESTRAL DA COMUNICAÇÃO POLÍTICA: ANÁLISE E REFLEXÕES SOBRE AS PRIMEIRAS CANDIDATURAS INDÍGENAS PARA DEPUTADAS FEDERAIS DO PARÁ**

**(Nailana THIELY – PPGCOM/UFPA)[[1]](#footnote-1)**

**(Prof.ª Dr.ª Rosane Albino STEINBRENNER – PPGCOM/UFPA)[[2]](#footnote-2)**

**RESUMO**

Desde 1963, indígenas começaram a eleger seus primeiros representantes para cargos em processos eleitorais no Brasil, voltando o olhar de pesquisadores para o aumento desta participação enquanto fenômeno sociopolítico (Paula, 2017; Tuxá, 2020). A dimensão comunicacional, entretanto, atravessa esses estudos ainda de maneira incipiente. Poucas pesquisas exploraram a forma como os povos indígenas se envolvem com a comunicação político partidária, o impacto das estratégias de campanha na mobilização eleitoral e as barreiras culturais enfrentadas por esses grupos. Apesar da Constituição Federal de 1988 reconhecer as organizações sociais e culturais dos povos indígenas como base para cidadania diferenciada – noção que se explica, segundo Baniwa (2022), na medida em que povos indígenas têm direitos específicos, a representatividade – sobretudo federal - ainda é proporcionalmente incipiente para que indígenas participem de forma mais ativa nas decisões sobre seus direitos e em pautas nacionais. As candidaturas das primeiras indígenas no estado do Pará para a Câmara dos Deputados - Maial Kaiapó e Nice Tupinambá - são o recorte em análise. Camadas intra e interétnicas (Schild, 2023; Wapichana, 2022), colonialidades de gênero (Lugones, 2008), estereótipos (Bhabha, 1994) e análise multimodal de sua comunicação política nas estratégias de campanha fundamentam trilhas metodológicas e reflexões presentes neste trabalho.

**Palavras-chave:** comunicação eleitoral, cidadania especial, indígenas mulheres, eleições.

**1. INTRODUÇÃO**

A participação indígena em cargos eletivos no Brasil ocorre muito antes da Constituição Federal de 1988 - marco histórico no avanço da cidadania indígena - e já completa mais de sete décadas no Brasil (Luís Roberto De Paula, 2017; Tuxá, 2020).

Mesmo diante de um cenário de assimetrias para a plena participação político partidária dos povos indígenas e ocupação de cargos de decisão pelos mesmos, registros recentes apontam que desde 1962 eles protagonizam disputas eleitorais e buscam representatividade nas esferas municipais, estaduais e federais (Leandro Durazzo, 2019). Apesar desta longa trajetória histórica, a participação político-partidária indígena apresenta inúmeras lacunas de estudo e desafios metodológicos de análise. No campo acadêmico, o tema ainda é incipiente e sistematizado de maneira intermitente por entidades de apoio aos povos indígenas, atravessado por diversos embates de análise nas fontes de mapeamento, como subnotificação, informações contraditórias ou ausentes (De Paula, 2017, 2020; Verdum, 2020).

Pautadas nestas e em outras literaturas disponíveis, entendemos ainda que generalizar um comportamento político partidário de indígenas ou mesmo de um povo específico seria discriminatório e essencialista, tendo em consideração sua diversidade e (pluri) identidades. Homi  Bhabha (1994) reforça nossa fundamentação sobre o perigo de interpretações identitárias muito duais ao advogar que é a partir das relações de poder, da construção de identidades históricas e socioculturais que nasce a necessidade de atribuir fixidez às identidades, ou polaridades entre culturas aparentemente dissociadas, o que plasma percepções e gera estereótipos.  Observamos em campo a fixidez e o estereótipo sobre a figura indígena ao coletarmos manifestações públicas sobre o que faria uma mulher indígena ser real ou “fake”, a falta de repertório geral sobre indígenas em contextos urbanos, a necessidade iconográfica dos adornos indígenas para identificar candidatas(os), a incompreensão sobre as pluri-identidades indígenas (pra além da diversidade de línguas e povos existentes no país) e a incompreensão do racismo estrutural presente nesses posicionamentos.

 Adentrando no recorte de gênero, Jozileia Kaingang (Schild, 2023), em tese sobre as articulações nacionais das mulheres indígenas, ressalta o “empoderamento” como resultado esperado do projeto Voz das Mulheres Indígenas, refletido nas eleições de 2018, com as candidaturas de Sônia Guajajara como “copresidenta” (um “neologismo” indígena para o cargo de vice-presidente) na chapa de Boulos; e Joênia Wapichana, eleita deputada federal no mesmo ano.

A colonialidade como contemporização ou atualização das violências coloniais faz das experiências de mulheres uma marca complexa e diferenciada. Para Lugones (2008) ressalta que “mulheres de cor” ou “não-brancas” eram reduzidas a categorias de “não-civilizadas” e viveriam a mesma subdivisão específica de negação de suas subjetividades humanas, pensamento análogo aos que teóricos anticoloniais preconizaram em suas reflexões sobre raça.

Optamos pela discussão sobre a cidadania especial indígena (Gersem Baniwa, 2006, 2020, 2022) com enfoque especial à colonialidade de gênero (Lugones, 2008) acrescida de estudos críticos da branquitude (Bento; Cardoso; Carone; Schucman; Sovik).

Nosso objetivo geral foi propor reflexões sobre a candidatura das duas primeiras indígenas a deputadas federais do estado do Pará, a representatividade que exercem, buscando compreender as estratégias e os desafios de comunicação política destas candidaturas, sobretudo frente às desigualdades estruturais do processo eleitoral no Brasil. A investigação segue trilhas complementares e um dos eixos de estudo atenta para a análise de conteúdo da comunicação proposta em seus perfis de Instagram no período eleitoral compreendido entre março e outubro de 2022, além das entrevistas com as candidatas e/ou suas assessoras de campanha, como recorte inicial.

Este resumo expandido é oriundo de uma dissertação de mestrado em construção, com abordagens mais amplas, balizada pela multi metodologia de pesquisa engajada, essencialmente a partir de entrevistas em profundidade, análise e critérios metodológicos para pesquisa e povos indígenas apresentados por Linda Tuhiwai Smith (2019).

**2. ANÁLISE E COMENTÁRIO DO CONTEÚDO**

A votação de representantes de povos originários bateu ao menos dois recordes em 2022. Pela primeira vez na história do Brasil, duas mulheres ligadas ao movimento indígena entraram, de uma só vez, na Câmara dos Deputados: Sônia Guajajara e Célia Xakriabá - ambas do PSOL.

No Pará, entretanto, as duas primeiras candidatas indígenas à deputada federal não obtiveram votos suficientes para serem eleitas.  Maial Kaiapó obteve 6639 votos, enquanto que Nice Tupinambá recebeu 9387 votos. Nem Vivi Reis, candidata não-indígena e aposta do partido, conseguiu se eleger - obtendo 1.648.968,85 votos-, devido à matemática do processo eleitoral.

**MAIAL KAIAPÓ -** Maial Kaiapó é uma das três filhas de Irekran e Paulinho Paiakan, e foi a primeira Kaiapó a concluir uma graduação, formando-se em direito em 2015. Em sua trajetória, merece destaque a defesa dos direitos dos povos indígenas na Funai e na Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Em 2020, Maial trabalhou como assessora da deputada Joenia Wapichana, primeira indígena mulher eleita no Congresso Nacional.

Nas eleições de 2022, a Rede formava coligação com o Partido Socialismo e Liberdade (PSOL). Maial contou com a assessoria de Teresa Harari e Kokanã (Tânia, irmã de Maial) para a coordenação de campanha. Elas contrataram uma empresa especializada em comunicação política chamada Base Lab, especializada em campanhas progressistas. O desafio era adequar as várias frentes de campanha, comunicar entre indígenas e não-indígenas, sem perder as bases ancestrais de Maial e o alinhamento com as propostas políticas e peculiaridades da candidata.

O recurso financeiro era pouco e havia diversos riscos iminentes:  2022 foi marcado pela escalada da violência contra os povos indígenas no país, ainda sob a gestão de Jair Bolsonaro. Alguns municípios do interior do Estado ocupam posições de destaque no ranking dos mais violentos do país. Os deslocamentos entre essas regiões também são bastante precários e Maial havia decidido articular a campanha mais no interior do estado que na região metropolitana.  A Rede disponibilizaria R$200 mil reais para a campanha de Maial, valor baixo se comparado com outras candidaturas, como a de Vivi Reis e Elcione Barbalho. A prioridade foi contratar um advogado e um contador para a campanha, devido à falta de transparência e às inúmeras tentativas de boicote à candidatura da Maial pelo partido (HARARI, 2023).  Ainda em relação às dificuldades, Maial testou positivo para Malária durante agenda de campanha, o que fez com que diversos compromissos agendados precisassem ser cancelados.

Em seu perfil no Instagram e no material gráfico oficial de campanha, ela aparece com o rosto pintado de urucum. Para os Kaiapó, o urucum é a cor da vitalidade e representa uma proteção contra ameaças externas.

A Articulação dos povos indígenas (APIB) apoiou trinta candidaturas indígenas, a partir da campanha Bancada do Cocar. Além das reuniões no começo da campanha, criaram um grupo no WhatsApp e davam suporte de um contador e um advogado à disposição, mas a coordenação da campanha de Maial acabou não recorrendo a esses profissionais pois já havia montado uma estrutura independente, sobretudo via apoio nacional do partido, pela proximidade com Marina Silva e Joênia Wapichana.

Entre as propostas de campanha de Maial, elencamos em seu perfil no Instagram (<https://www.instagram.com/maialpaiakan/>), identificamos: Ampliar as ações de enfrentamento à violência doméstica; Ampliar a resistência no congresso contra projetos de lei que autorizam a exploração econômica destrutiva em terras indígenas; Aprimorar o atendimento às populações indígenas, quilombolas e ribeirinhas e de pequenos produtores rurais por meio de um diálogo direto com as comunidades; Ampliar frentes voltadas para a qualificação profissional, conciliação do trabalho produtivo e de cuidados;

Lutar pela reestruturação e fortalecimento dos órgãos de fiscalização e monitoramento do desmatamento; Lutar pela ampliação do abastecimento de água, energia e comunicação;

Fortalecer a inclusão de comunidades no mercado de produtos da socio biodiversidade; fortalecer a ação básica de saúde nos municípios, com ênfase nas aldeias e povoados distantes e desassistidos.

# NICE TUPINAMBÁ - Maria Gracionice Barbosa Gonçalves - é jornalista, indígena do povo Kamuta Tupinambá e foi candidata ao cargo de deputada federal pelo PSOL também na coligação Federação PSOL /REDE. Nascida em 89, atualmente tem 35 anos de idade. Original de Porto Grande/Cametá, migrou para Belém aos 14 anos, para estudar e trabalhar. Trabalhou como babá, auxiliar em açougue e auxiliar em consultório odontológico.  Ingressou na luta social, por meio do movimento estudantil em 2009, ano da fraude do Exame Nacional do Ensino Médio (Enem). Foi assessora parlamentar do então Deputado Federal Edmilson Rodrigues e coordenou a sua campanha para prefeito em 2020. Nice sinaliza o movimento estudantil da UFPA como agregador de indígenas em contexto urbano. Ela demarca que sua etnia, os Kamuta Tupinambá “são um povo renascido no Brasil” porque foram praticamente extintos e buscam o fortalecimento da identidade e ancestralidade.

A violência política de gênero e o racismo estiveram bem presentes na campanha de Nice.  Após pesquisa quali, questionavam se ela possuía capacidade política e domínio da língua portuguesa para exercer o cargo de deputada, caso eleita. "A gente vive muito essa marca do estereótipo, tanto que o slogan da minha campanha onde a gente passou a falar e até hoje eu sempre me apresento, é tupinambá jornalista indígena. Eu tenho que trazer esse diploma pro meu nome pra poder me qualificar, pra poder me autorizar a estar disputando esse espaço", afirmou. Sem um planejamento mais específico de campanha, ela mesma testava algumas estratégias e em vários momentos atuava na produção de conteúdo para seu site, perfil no Instagram e Twitter.

Quando candidata considerou importante a atuação na área metropolitana e o trabalho para divulgação e obtenção de votos de não-indígenas. Foram também frequentes os reforços sobre sua habilidade para trabalhar em várias frentes, não apenas as de temática indígena. O uso ou não do cocar era outra questão relevante: no povo Tupinambá, só usam cocar quando se sentem bem, havia também a preocupação de Nice em não reforçar estereótipos para que ela tivesse respeito enquanto indígena mulher. Aqui pode-se ligar também pontos de análise sobre estereótipo (Bhabha, 1991, 1994) e desobediência epistêmica (Mignolo, 2017).

Em relação ao auxílio da Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), Nice afirma que perdeu um prazo de envio de informações e acabou não recebendo apoio da APIB. No total de recursos recebidos, incluindo doações, Nice contabilizou R$138.671,46, enquanto Maial Kaiapó, R$452.915,00, valores considerados baixos proporcionalmente e levando em consideração aos recursos de estrutura necessários para deslocamento em um estado que se situa como a segunda maior extensão territorial do país. Analisado de março de 2022 a 2 de outubro (dia da votação do primeiro turno) de 2022, extraímos conteúdos ligados à suas demarcações políticas em seu perfil no Instagram, que incluíram intensa agenda tanto no interior do Estado, quanto na capital, muitas vezes marcados pela atuação de Nice como jornalista e fundadora da ONG NossaVoz, quanto pelo papel de secretária geral do PSOL BELÉM e enquanto mãe, com publicações de foro mais íntimo ligadas à maternidade. Suas articulações incluíram apoio de representantes do povo Tembé, Hexkaryana, Tikuna, Baré, Tupinambá, Guajajara, Kumaruara, Wai Wai, entre outros.

Entre os destaques de seu perfil no Instagram (https://www.instagram.com/nicetupinambaoficial/), a publicação no Instagram em fundo verde, com foto de Lula beijando a testa de Nice Tupinambá e propostas em textos curtos, com as principais frentes de campanha: Trabalhar pela regulamentação dos profissionais de aparelhagem, DJs, técnicos de som, montagem, luz e apoio aos movimentos culturais; Lutar contra o garimpo ilegal, Marco Temporal pela garantia dos direitos indígenas nas cidades e territórios; Criar projetos de leis que impulsionem o empreendedorismo de mulheres e jovens com apoio de rédito e qualificação; Perdão da dívida do Fies; lutar pelo projeto de lei 5228/2019 que trata de incentivos fiscais para contratação de jovens sem experiência; criar o projeto que concede benefícios tributários a empresas que contratem mães; lutar por concurso público nas instituições de proteção ambiental. A publicação data de 9 de setembro de 2022. Outra publicação de destaque, no início de setembro (dia 09), aponta para a vitória judicial de Nice, contra “o racismo, a violência de gênero e o jogo sujo das FakeNews”. O PSOL havia conseguido no Tribunal Regional Eleitoral (TER), três liminares obrigando o senhor Olavo Dutra a retirar do ar várias publicações criminosas contra Nice, com conteúdos racistas que atingiam a candidata em sua identidade, ao chamá-la de “Índia fake”.

**3. CONSIDERAÇÕES POSSÍVEIS**

O Estado do Pará ainda não conseguiu eleger uma (um) representante federal indígena para a Câmara dos Deputados. Considerando que as regras eleitorais vigentes – mesmo com a atualização da política de cotas - não integram a cultura de diferentes povos indígenas brasileiros, ainda há um longo caminho de mudanças para que um cenário democrático e justo se faça presente, reiterando práticas e pactos de branquitude - pacto não verbalizado de preservação de um grupo nos melhores lugares sociais (Bento, 2002, 2014, 2022) – neste sistema. Ou, nas palavras de Lourenço Cardoso (2017), branquitude como lugar de privilégios simbólicos, subjetivos e objetivo.

Ainda que brevemente, vale apontar alguns dos muitos desafios enfrentados pelas

candidaturas indígenas de forma geral. Desafios como a criação de uma assessoria multilíngue institucional que contemple a diversidade indígena, melhores condições de transporte, inserção de urnas eletrônicas em territórios, distribuição de renda de campanha considerando as especificidades territoriais, interculturais e interseccionais. Também a compreensão e punição de atos de discriminação étnica e violência política de gênero no âmbito do processo eleitoral (que atravessaram nossas investigações sobre as candidatas mesmo quando conversávamos com pessoas filiadas ao partido/coligação ao qual elas fazem parte). Estas primeiras explorações, apontam para um longo caminho de pesquisa a seguir ainda nas trilhas de conclusão de uma dissertação de mestrado, mas já contextualizam o tema e historicizam as duas candidaturas indígenas em questão.

**REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS**

BANIWA, Gersem. Indígenas e processos eleitorais no século XXI. In: Sistematização das normas eleitorais : eixo temático VII : participação política dos grupos minorizados. Brasil. Tribunal Superior Eleitoral | 2022. Disponível em: <https://bibliotecadigital.tse.jus.br/xmlui/handle/bdtse/10324?locale-attribute=es> . Acesso em: 29.09.24

BENTO, Maria Aparecida Silva Bento. Pactos narcísicos no racismo: branquitude e poder nas organizações empresariais e no poder público. Tese (Doutorado em Psicologia) – Instituto de Psicologia da Universidade de São Paulo, 2002.

CARDOSO, Lourenço. A branquitude acrítica revisitada e as críticas. In: Muller, Tânia Mara Pedroso; Cardoso, Lourenço (Org.). Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil. Curitiba: Appris, 2017a, p. 33-52.

DE PAULA, L. R. A participação indígena em eleições municipais (1976 a 2016): uma sistematização quantitativa preliminar e alguns problemas de investigação. Resenha&Debate, v. 2, 2017.

DURAZZO, Leandro Marques. Cosmopolíticas Tuxá: Conhecimentos, ritual e educação a partir da autodemarcação de Dzorobabé. Tese. UFRN. Natal. 2019.

HARARI, Teresa. “Vai Ter Menire Mebêngôkre Na Política”: Histórias E Reflexões Sobre A Campanha Político-Partidária De Maial Kaiapó Para A Câmara Dos Deputados No Estado Do Pará. In Participação indígena em eleições: desafios técnicos e políticos no processo eleitoral brasileiro. Mórula Editorial, 2023. E-book. Disponível em: <https://morula.com.br/wp-content/uploads/2023/01/EleicoesParticipacaoIndigena_06JAN.pdf>

LUCIANO, Gersem José dos Santos. O Índio Brasileiro: O que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de Hoje, Brasília, v. 1, 2006.

RIBEIRO, Florbela Almeida. Resistências Tenetehara: modos de fazer política de um povo tupi do Maranhão. 2023. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, University of São Paulo, São Paulo, 2023. doi:10.11606/T.8.2023.tde-28072023-174400. Acesso em: 2024-08-30.

LUGONES, María. Colonialidade e Gênero. Tabula Rasa. Bogotá-colômbia, N9: 73-101. Julho-dezembro, 2008.

SCHILD, Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen (Jozileia Kaingang). Articulação das Mulheres Indígenas no Brasil: em movimento e movimentando redes / Joziléia Daniza Jagso Inácio Jacodsen Schild; orientadora, Evelyn Schuler Zea, coorientador, Juliana Salles Machado, 2023. 204 p.

TUXÁ, Felipe Tuxá e Dinamam Tuxá. Vote parente, vote! A participação indígena no sistema eleitoral brasileiro (2020). Disponível em: https://apiboficial.org/2020/11/11/vote-parente-vote-a-participacao-indigena-no-sistema-eleitoral-brasileiro/

VERDUM, Ricardo; de paula, Luís Roberto (Orgs.). Antropologia da política indígena: experiências e dinâmicas de participação e protagonismo indígena em processos eleitorais municipais (Brasil-América Latina). Rio de Janeiro: Associação Brasileira de Antropologia, 2020.

1. Mestranda PPGCOM/UFPA. Grande Área: Comunicação e Política. E-mail: nailanathiely@gmail.com [↑](#footnote-ref-1)
2. Docente permanente do PPGCOM/UFPA. E-mail: steinbrenner@ufpa.br [↑](#footnote-ref-2)